

JOBIM, VÁLTER

*rev. 1923; rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. RS 1935; gov. RS 1947-1951; emb. Bras. Uruguai 1951-1954.

Válter Sá Jobim nasceu em Porto Alegre no dia 26 de agosto de 1892, filho de Labieno Jobim, funcionário público, e de Alzira Sá Jobim.

Fez o curso primário na Escola Brasileira e o secundário no Ginásio Rio Grande do Sul. Ingressou mais tarde na Faculdade de Direito de Porto Alegre e, ainda acadêmico, lecionou geografia e português no Liceu Parabé, depois Escola Técnica Parabé. Bacharelou-se em 1913, sendo nomeado logo em seguida promotor público em Passo Fundo (RS). Em 1914 foi juiz distrital nas cidades gaúchas de São Borja e de Santa Maria, e no ano seguinte retornou a São Borja, dessa vez como promotor efetivo. Em 1916 deixou a promotoria para dedicar-se à advocacia, profissão que viria a exercer em quase todo o estado.

DA REVOLUÇÃO GAÚCHA DE 1923 À REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1922, Válter Jobim se alinhava entre as forças de oposição ao governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente estadual de 1898 a 1908 e de 1913 até aquele momento, além de e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Naquele ano, a oposição gaúcha — constituída pelos federalistas, os antigos democráticos liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil e alguns republicanos dissidentes — defrontou-se com as forças governistas em duas ocasiões. O primeiro confronto ocorreu em março, nas eleições para a presidência da República: enquanto o PRR apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, os oposicionistas apoiaram Artur Bernardes, vencedor do pleito. A segunda disputa girou em torno da sucessão estadual. Visando a “proteger” o Rio Grande do Sul de Bernardes, Borges de Medeiros lançou sua candidatura ao quinto mandato como presidente do estado. A oposição decidiu fazer frente ao domínio republicano articulando-se em torno de um candidato que a mantivesse unida. Em 19 de outubro foi assim lançada a candidatura de Assis Brasil, através de um manifesto publicado no *Correio do Sul*, órgão federalista de Bajé. O documento, redigido por Raul Pilla, era assinado entre outros por Válter Jobim, Fernando Abbott, Armando Tavares e Joaquim Tibúrcio.

As eleições estaduais realizaram-se em novembro de 1922, e a apuração, iniciada em dezembro, só foi concluída em 17 de janeiro de 1923. Borges foi dado como vencedor e rapidamente proclamado eleito pela Assembleia estadual, dominada pelo PRR. Convictos de que houvera fraude e procurando provocar a intervenção federal, Assis Brasil e seus seguidores rebelaram-se contra o governo estadual. No dia 25 de janeiro — dia da posse de Borges — eclodiram vários levantes regionais com o objetivo não apenas de depor o presidente do estado, mas de destituir os republicanos dos cargos públicos e anular a Constituição estadual. A luta se estendeu até novembro e foi encerrada pelo Pacto de Pedras Altas, que manteve Borges no governo mas vedou nova reeleição.

Esse acordo, no entanto, não conseguiu fazer cessar a crise no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1924 novos levantes, já de cunho tenentista, irromperam em unidades do Exército. Durante os dois anos que se seguiram, os oposicionistas continuaram a denunciar perseguições que estariam sofrendo por parte dos republicanos, enquanto alguns de seus líderes ainda se encontravam no exílio. Finalmente, em 1926, estabeleceram-se novos centros de conspiração. Válder Jobim ficou encarregado de organizar o movimento junto aos oficiais que serviam em Santa Maria, mas de modo geral as articulações se desenvolveram muito lentamente. Assim, somente em 14 de novembro, véspera da posse de Washington Luís na presidência da República — de quem era esperada uma atitude intransigente em relação aos revolucionários de 1922 e 1924 — os irmãos Alcides e Néelson Etchegoyen sublevaram sua unidade em Santa Maria e atacaram o quartel da Brigada Militar, que reagiu violentamente. Ao mesmo tempo, Heitor Lobato Vale procurou sem êxito desencadear um levante no Batalhão de Caçadores. A revolta, que se tornou conhecida como Coluna Relâmpago, foi debelada no mesmo dia, e os amotinados abandonaram Santa Maria perseguidos por uma força de provisórios comandada por Osvaldo Aranha.

Com a derrota de mais esse movimento, Válder Jobim retornou ao exercício da advocacia. Em março de 1928 filiou-se ao recém-criado Partido Libertador (PL), que passou a congregar as forças de oposição lideradas por Assis Brasil. Em agosto do ano seguinte, entretanto, o PL, que já abandonara sua oposição sistemática aos republicanos, concordou em apoiar a candidatura do presidente do estado, Getúlio Vargas, à presidência da República, lançada pela Aliança Liberal, e articulou-se com o PRR na Frente Única Gaúcha

(FUG). Após a derrota dos aliancistas nas eleições presidenciais de março de 1930, Válter Jobim participou do movimento revolucionário deflagrado em outubro, que depôs Washington Luís e colocou Vargas na chefia do governo. No período que se seguiu, foi membro do diretório de seu partido.

NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Em 1932, São Paulo e o Rio Grande do Sul intensificaram junto a Vargas as pressões pela reconstitucionalização do país e ao mesmo tempo selaram uma aliança político-militar para um possível enfrentamento com o governo central. O agravamento das tensões em São Paulo resultou na eclosão, no dia 9 de julho, da Revolução Constitucionalista, rapidamente vitoriosa no estado mas combatida pelas tropas federais deslocadas de outras regiões do país. Diante dessa situação de fato, as forças políticas se dividiram no Rio Grande do Sul: enquanto o interventor José Antônio Flores da Cunha se manteve fiel ao governo provisório e enviou tropas para a frente de combate contra os revolucionários, rompendo o acordo firmado anteriormente com os paulistas, o grupo liderado por Borges de Medeiros e Raul Pilla — os quais, de início, haviam proposto o apaziguamento — deflagrou um movimento solidário com a causa constitucionalista, visando com isso a diminuir a pressão das forças regulares gaúchas sobre São Paulo. Desse movimento participaram, além de Borges e Pilla, Válter Jobim, João Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Marcial Terra, Turíbio Gomes e Mem de Sá.

Abandonando Porto Alegre, os líderes da FUG promoveram levantes em diversas localidades do interior do estado. No dia 20 de agosto, Flores desbaratou o núcleo central do movimento em Santa Maria — sede do governo revolucionário — prendendo seus principais articuladores e forçando Borges, Pilla e Luzardo a se refugiar em Pinheiros, ainda no município de Santa Maria. Enquanto isso, os demais líderes, entre os quais Jobim e Collor, incorporaram-se ao grupo de Marcial Terra. Esse grupo, depois de percorrer os municípios de Santo Ângelo, Santiago e São Luís, atravessou o rio Itu planejando encontrar-se com outras forças rebeldes em Santa Rosa, no município de São Francisco de Assis. Antes de 7 de setembro, contudo, os grupos de Terra e de Turíbio Gomes depuseram armas e negociaram sua rendição através de Viriato Vargas, que garantiu ainda a escolta de Collor e Otacílio Fernandes para a Argentina. O levante gaúcho foi esmagado em Cerro

Alegre no dia 20 de setembro, ocasião em que Borges foi preso e os demais líderes da FUG se exilaram. Sem contar com o apoio previsto nos outros estados, os paulistas sustentaram a luta até 2 de outubro seguinte, quando foi assinado um armistício determinando o fim dos combates e confirmando a vitória das forças do governo provisório. Com a derrota dos paulistas, a divisão que se havia instalado na política gaúcha consolidou-se: os que haviam apoiado Flores da Cunha na luta contra os constitucionalistas uniram-se sob sua liderança no Partido Republicano Liberal (PRL), criado em 15 de novembro de 1932, e os que haviam permanecido fiéis ao compromisso constitucionalista mantiveram-se na FUG.

Apesar de vitorioso, Vargas decidiu empenhar-se no processo de normalização da vida constitucional do país, confirmando para maio de 1933 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Transcorridas as eleições e iniciados os trabalhos constituintes em novembro, no dia 8 de junho de 1934 foi aprovada a emenda que concedia anistia ampla aos revolucionários de 1932. Em 16 de julho a Constituição foi promulgada e as eleições para a Câmara dos Deputados e as constituintes estaduais foram marcadas para o dia 14 de outubro.

Válter Jobim retornou à atividade política nessa ocasião, lançando sua candidatura a deputado federal. Foi um dos cinco libertadores eleitos, os quais, aliados a mais um deputado republicano, constituíram a bancada da FUG. A direção política da frente gaúcha decidiu porém alterar sua representação de modo a manter a igualdade numérica e o equilíbrio de forças entre o PL e o PRR. Assim, no dia 9 de maio de 1935, quatro dias após o início da legislatura, Jobim leu seu pedido de renúncia, no que foi acompanhado pelos deputados Alberto de Araújo Cunha e Francisco Simões. Para suas vagas foram convocados, respectivamente, João Neves da Fontoura e Nicolau Vergueiro, do PRR, e Oscar Carneiro da Fontoura, do PL.

Ainda em 1935, a Assembleia Constituinte gaúcha elegeu Flores da Cunha governador do estado.

DURANTE O ESTADO NOVO: SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

O problema da sucessão presidencial prevista para 1938 foi o ponto central de todos os debates, alianças e crises políticas no país durante o ano de 1937. No Rio Grande do Sul, os três partidos sofreram sérias cisões: enquanto o PL e o PRR, aliados a dissidentes do

PRL, apoiavam o candidato situacionista, José Américo de Almeida, o PRL — àquela altura indisposto com Vargas — e os dissidentes dos partidos da FUG sustentavam a candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira. O ano foi marcado por uma sucessão de pequenas crises que atingiram seu clímax em outubro, com a renúncia de Flores da Cunha. Para substituí-lo foi nomeado interventor o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que decidiu incluir os partidos oposicionistas na composição de seu secretariado. Válter Jobim e Raul Pilla foram convidados para assumir duas secretarias, mas este último, recusando-se a apoiar o representante do governo federal, convocou o diretório central do PL, do qual era presidente, para deliberar sobre a questão. Os libertadores não se encontravam coesos naquele momento e a proposta do novo interventor acabou vitoriosa, refletindo a tendência de alguns grupos a aceitar uma aproximação com Vargas. Discordando do resultado dos debates, Pilla renunciou à presidência do partido, e Jobim, em contrapartida, concordou em assumir a Secretaria de Obras Públicas.

No dia 10 de novembro, um golpe de estado liderado pelo próprio presidente da República instaurou o Estado Novo, suspendendo as eleições e fechando os órgãos legislativos do país. Na semana seguinte, o diretório do PL voltou a se reunir, decidindo então manter o apoio a Vargas e nomear Jobim para a presidência do partido em substituição a Pilla, que, seguido por alguns correligionários, renunciou a seu lugar no próprio diretório. Em dezembro, quando foi decretada a dissolução dos partidos, o PL recomendou a seus filiados que se abstivessem de quaisquer atividades político-partidárias até a promulgação do novo código eleitoral.

Com a morte de Daltro Filho em 19 de janeiro de 1938, a interventoria gaúcha foi assumida, em caráter interino, pelo secretário do Interior, Maurício Cardoso, que ocupou o cargo até a posse do coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, ocorrida no dia 4 de março seguinte.

Mantido na Secretaria de Obras Públicas, onde permaneceria até 1939, Válter Jobim concentrou sua atuação nas deficiências do setor rodoviário que entravavam o desenvolvimento da economia gaúcha. Com a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, responsável pela importação de maquinaria que possibilitou a pavimentação de antigas estradas e a construção de novas estradas-tronco, o escoamento da

produção foi regularizado.

A DEPOSIÇÃO DE VARGAS EM 1945

Em 1943, Ernesto Dornelles substituiu Cordeiro de Farias na interventoria gaúcha e Válder Jobim assumiu mais uma vez a Secretaria de Obras Públicas. Com a redemocratização do país em 1945, novos partidos foram criados e Dornelles foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul. Durante a primeira convenção estadual do PSD, realizada no dia 10 de julho, Jobim teve sua candidatura ao governo gaúcho oficialmente lançada pelo coronel José Diogo Brochado da Rocha. Na ocasião, defendeu como pontos básicos de sua plataforma de governo a questão social, a expansão da indústria, a mecanização da lavoura e a ampliação e o barateamento da energia elétrica.

Em 29 de outubro seguinte, quando os partidos já estavam em plena campanha eleitoral, um movimento militar chefiado pelo ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, depôs Getúlio Vargas e entregou o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. Com a consequente destituição dos interventores federais nos estados, Dornelles foi afastado do governo gaúcho e Jobim deixou a Secretaria de Obras Públicas, sendo substituído por Orlando Carlos, militante do novo Partido Libertador (PL) fundado por Raul Pilla no início do ano.

Mantida a data das eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro, o mês de novembro caracterizou-se pela intensificação das negociações políticas com vistas ao fortalecimento das candidaturas presidenciais. Àquela altura, já estavam lançadas a do brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), e a do general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD.

Apesar de pressionado pelo PSD e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que defendiam seu apoio a Dutra, Vargas, de seu retiro em São Borja, evitava pronunciar-se a respeito do quadro sucessório alegando que não tinha liberdade para se manifestar politicamente. No dia 18 de novembro, Jobim, Protásio Vargas e Cilon Rosa enviaram um telegrama ao ex-presidente cobrando-lhe uma definição e afirmando que seu apoio a Dutra era indispensável para a vitória do PTB em todo o país. No dia seguinte, respondendo a Protásio, Vargas afirmou que quando ainda se encontrava no governo havia de fato

aconselhado a realização de acordos eleitorais nos estados entre o PSD e o PTB. Recordou também que após sua deposição havia sido procurado por Jobim e por ele, Protásio, para tratar das eleições presidenciais, e que na ocasião se declarara desobrigado de qualquer compromisso, a não ser o de apoiar a candidatura de Jobim ao governo do Rio Grande. Alguns dias depois, porém, cedendo às pressões, Vargas divulgou um manifesto conclamando seus correligionários a apoiarem Dutra, afinal eleito no pleito de 2 de dezembro.

O novo presidente foi empossado em 31 de janeiro de 1946 e logo em seguida nomeou Cilon Rosa interventor no Rio Grande do Sul. Jobim foi convidado a assumir a Secretaria do Interior, de onde se afastou, contudo, em maio seguinte para poder concorrer ao governo estadual.

A ADMINISTRAÇÃO DE JOBIM

Em 19 de janeiro de 1947, Válder Jobim foi eleito governador do Rio Grande do Sul na legenda do PSD, derrotando Alberto Pasqualini, candidato do PTB, e Décio Martins da Costa, lançado pela coligação formada pela UDN e o PL. Ainda nesse pleito foram eleitos os deputados à Constituinte estadual, que, ao final dos trabalhos, levaram à votação um projeto de Constituição cujo caráter parlamentarista refletia as posições defendidas até então pelo PL. Jobim entrou com uma representação junto à Procuradoria Geral da República arguindo a inconstitucionalidade do estatuto proposto — que contrariava a Constituição Federal de 1946 — e obteve a anulação dos dispositivos parlamentaristas.

Durante seu governo, o setor industrial do estado passou a ocupar um lugar de maior relevo na economia, embora as atividades agrícolas, comerciais e industriais ainda permanecessem subordinadas a uma mesma secretaria. No primeiro ano da nova administração, foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica, que elaborou o plano de eletrificação do estado, abrangendo principalmente a zona rural, com o objetivo de fixar o homem no campo e conter, em contrapartida, o crescimento excessivo da população nas áreas urbanas. Ainda em 1947, foi criado o Departamento Autônomo de Carvão Mineral visando a estimular a produção de carvão para suprir, prioritariamente, a Viação Férrea Rio-Grandense, até então bastante onerada pela importação de combustível. Com o apoio do Ministério da Viação e Obras Públicas, chefiado pelo gaúcho Clóvis Pestana, foram construídas grandes estradas-

tronco e barragens em diversos rios, o que melhorou a irrigação das lavouras e ampliou o potencial hidráulico do estado.

Na mensagem que enviou à Assembleia Legislativa em 1948, Jobim manifestou sua preocupação com o estado precário do abastecimento de água e do serviço de esgotos, e com o agravamento da questão da moradia nas áreas urbanas, onde a demanda de casas populares já se havia estendido à própria classe média. Na medida em que as municipalidades não possuíam a verba necessária para fazer frente à situação, o estado assumiu todos os encargos exigidos pelas obras de saneamento.

Embora a administração de Jobim tenha sido marcada por um grande crescimento da renda interna, entre 1947 e 1949 houve um déficit orçamentário resultante da forte estiagem que causou sérios prejuízos à agricultura e à pecuária. Além disso, parte considerável da produção de arroz, fumo e madeira ainda aguardava colocação no mercado externo, o que levou Jobim a recorrer ao capital estrangeiro, afirmando poder condicioná-lo às diretrizes do desenvolvimento gaúcho sem comprometer a independência econômica do estado.

A “FÓRMULA JOBIM” NA SUCESSÃO DE DUTRA

A partir de janeiro de 1948, o governo de Dutra contou com um bloco de sustentação política no Congresso, garantido pelo Acordo Interpartidário assinado pelos presidentes do PSD, da UDN e do Partido Republicano (PR), respectivamente, Nereu Ramos, José Américo de Almeida e Artur Bernardes.

Com vistas às eleições presidenciais de 1950, ainda no final de 1948 tiveram início as articulações partidárias. O pessedista João Neves da Fontoura deixou claro que era favorável ao lançamento de uma candidatura própria do PSD, considerando Nereu Ramos o nome adequado. Cilon Rosa tentou obter o apoio de Dutra para essa indicação, mas o presidente se eximiu de qualquer pronunciamento, desencorajando os pessedistas gaúchos a darem continuidade à sua proposta naquele momento.

Em março de 1949, quando Dutra já havia aberto o debate sobre a sucessão presidencial dentro de uma linha de união nacional, João Neves reuniu-se em Porto Alegre com Jobim, Rosa e Marcial Terra para reavaliar seu projeto inicial. O resultado desse encontro foi a viagem de Francisco de Paula Brochado da Rocha ao Rio para defender a posição do PSD gaúcho junto às demais seções do partido e abrir conversações em torno do nome de Nereu.

O primeiro contato mantido por Brochado da Rocha foi com Dutra que, pressionado, declarou não ter nada contra o presidente do PSD. Diante disso, os pessedistas gaúchos se reuniram mais uma vez e decidiram que, após obter a devida autorização de todos os governadores ligados ao partido, Jobim iria encontrar-se com Dutra para fundamentar as articulações. Realizado o encontro, Jobim concederia uma entrevista à imprensa declarando que o PSD gaúcho rejeitava qualquer indicação suprapartidária por considerar que a escolha dos candidatos era uma prerrogativa dos partidos e não do governo. A missão de Jobim foi contudo retardada devido à viagem de Dutra aos Estados Unidos em maio.

Com o retorno de Dutra, Jobim preparou-se para a viagem ao Rio. Antes de partir, porém, lançou uma proposta conciliadora — que ficaria conhecida como “fórmula Jobim” — segundo a qual todos os partidos registrados deveriam ser consultados a respeito da sucessão presidencial, incluindo-se nessa consulta Getúlio Vargas, líder supremo do PTB, e Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP). No dia 17 de junho, véspera de seu embarque para o Rio, o jornal carioca *Diário de Notícias* divulgou a “fórmula Jobim”, confirmada pelo próprio no dia seguinte. Segundo seu depoimento nessa ocasião, “a principal preocupação do Rio Grande do Sul consiste em assegurar a continuidade e a força das instituições democráticas conquistadas pelo Brasil em 1945. No nosso entender, essa continuidade e esse fortalecimento dependem estritamente da formação de uma ampla frente democrática nacional, da qual deverá emergir um verdadeiro governo de coalizão”. Com essas declarações, Jobim tentava conciliar a intenção do PSD de lançar um candidato próprio com a manutenção e mesmo ampliação do acordo interpartidário.

Chegando ao Distrito Federal, o governador do Rio Grande do Sul entrou em contato com diversos políticos, entre os quais Benedito Valadares, Carlos Cirilo Júnior, presidente da Câmara, e Batista Luzardo. No dia 20 de junho reuniu-se com Dutra, que concordou aparentemente com a fórmula proposta, mas declarou que preferia afastar-se das negociações, que seriam então realizadas pelos presidentes dos três partidos integrantes do Acordo Interpartidário: além de Nereu e Bernardes, José Eduardo do Prado Kelly, então presidente da UDN. Dutra propôs ainda que se elaborasse uma lista com os possíveis candidatos de cada partido, o que foi rejeitado por Jobim, para quem uma relação desse teor só viria criar dificuldades e prejudicar possíveis alianças.

Após o encontro com Dutra, o governador gaúcho foi procurado pelos governadores de

Minas, Mílton Campos, e da Bahia, Otávio Mangabeira, ambos da UDN. Este último, discordando das teses de Jobim, passou a combater sua proposta, com o objetivo não só de protelar a decisão final, mas de reduzir a escolha dos candidatos aos partidos incluídos no Acordo Interpartidário.

Em reunião realizada no dia 24 de junho, o conselho nacional do PSD decidiu apoiar a “fórmula Jobim”, defendida desde o início pelo governador de Pernambuco, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Nessa mesma ocasião, decidiu-se encarregar Nereu Ramos de promover os entendimentos necessários com os presidentes da UDN e do PR. Ainda nesse dia, João Neves escreveu a Getúlio Vargas pressionando-o para que se pronunciasse definitivamente, já que seu apoio era essencial para o êxito da “fórmula Jobim”, caso a UDN a rejeitasse. Argumentou também que, na defesa de sua proposta, o PSD poderia até mesmo dissolver o Acordo Interpartidário, mas que jamais avançaria sem a adesão da UDN e o apoio do PTB. Paralelamente a esses fatos, Benedito Valadares, com o aval de Dutra, vinha articulando junto à UDN de Minas a candidatura do pessedista mineiro José Francisco Bias Fortes.

Em julho, iniciaram-se os primeiros entendimentos entre Nereu, Prado Kelly e Bernardes. Os debates chegaram porém a um impasse pois, enquanto o presidente do PSD pleiteava sua própria candidatura, a possibilidade de acordo se limitava ao nome de Bias Fortes, apoiado por Dutra. As seções mineiras do PSD, da UDN e do PR apresentaram então a “fórmula mineira”, que consistia em deixar a escolha final a cargo do presidente da República, desde que o candidato fosse de Minas. Nessa ocasião, elaboraram ainda uma lista contendo os nomes— além de Bias Fortes — de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu e Carlos Luz. Essa proposta representava o pleno ressurgimento do Acordo Interpartidário, já que previa consultas apenas às três agremiações. Em agosto, o PSD, a UDN e o PR mineiros concordaram em adotar uma candidatura comum.

Do final de setembro ao final de outubro, Nereu, Prado Kelly e Bernardes voltaram a se reunir sem chegar a uma conclusão definitiva. Diante do novo impasse e apesar da oposição de Dutra, Nereu começou a articular sua própria candidatura. Esse período marcou a decomposição da unidade interna do PSD gaúcho, no qual se estabeleceram duas correntes: uma liderada por Válder Jobim e Marcial Terra, e outra orientada por Firmino Paim Filho, que propunha uma antecipação da reunião da executiva estadual para decidir o apoio à

“fórmula Jobim” ou à “fórmula mineira”. A reunião foi realizada em meados de novembro e nela se decidiu apoiar a “fórmula mineira”, desde que na relação dos candidatos de Minas fossem incluídos os nomes de Nereu Ramos, Carlos Cirilo Júnior, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Renato Pinto Aleixo e Barbosa Lima Sobrinho.

Diante dessa decisão, Jobim escreveu a Nereu afirmando que caso a executiva nacional do PSD, na reunião prevista para o dia 26 de novembro, encampasse a solução mineira, abandonando a consulta a todos os partidos, ele se desobrigaria de qualquer compromisso. Após o encontro nacional, que consagrou a vitória da “fórmula mineira”, Nereu Ramos renunciou à presidência do PSD, apoiado pela chamada ala liberal gaúcha, sendo substituído por Cirilo Júnior.

O início de dezembro caracterizou-se pelo agravamento da crise entre os pessedistas, particularmente no diretório gaúcho, cujo presidente, Marcial Terra, recusava-se a acatar a “fórmula mineira”. Nessa ocasião, Dutra autorizou Cirilo Júnior a incluir Jobim entre os candidatos, e em fevereiro de 1950 seu nome foi acrescentado à lista que seria apresentada pelo petebista Joaquim Pedro Salgado Filho a Vargas. Essa apresentação visava a avaliar as possibilidades de o PTB apoiar uma candidatura pessedista. Ainda em março, no entanto, a candidatura de Vargas, apesar de desmentida por diversas vezes, se tornou mais evidente. Procurado por Batista Luzardo, que buscava seu apoio para Vargas, Jobim abriu mão de sua própria candidatura, deixando vencer o prazo para sua desincompatibilização em 3 de abril. As idas e vindas do processo sucessório continuaram até 19 de abril, quando a UDN lançou oficialmente a candidatura de Eduardo Gomes. No dia seguinte, o PTB lançou o nome de Vargas em um comício comandado por João Goulart, e em maio Cristiano Machado foi lançado pelo PSD. Em fins de junho, o PSP endossou em sua convenção nacional a candidatura de Vargas à presidência da República, concretizando assim as negociações que vinham sendo mantidas desde o final do ano anterior entre o ex-presidente e Ademar de Barros visando à formação de uma frente populista para as eleições. Durante o período que se seguiu, Jobim liderou uma facção do PSD gaúcho que, sem uma posição definida, ora apoiava o grupo de João Neves, que defendia a candidatura de Nereu Ramos e a autonomia partidária, ora a facção orientada por Gastão Englert, favorável a um acordo com Dutra. Nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, Getúlio foi eleito presidente da República, derrotando o candidato udenista por 3.849.040 votos contra 2.342.384. Cristiano

Machado obteve apenas 1.697.193 votos, pois muitos setores pessedistas, inclusive de Minas, apoiaram Vargas. Embora isso não tenha ocorrido no Rio Grande do Sul, lá também Vargas foi o candidato mais votado, porque o PSD, vacilando até as vésperas da eleição em lançar Cilon Rosa como governador e admitindo a possibilidade do acordo, perdeu terreno para o PTB, que elegeu ainda Ernesto Dornelles para o governo do estado e Alberto Pasqualini para o Senado.

Válter Jobim governou o Rio Grande do Sul até o final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951. Em setembro seguinte foi nomeado embaixador em comissão no Uruguai, onde, após ter sido efetivado em outubro, permaneceu até dezembro de 1954. Ao longo da vida foi também jornalista, tendo colaborado com os jornais gaúchos *Federalista*, *Correio da Serra* e *Sul Brasil*.

Faleceu em Porto Alegre no dia 17 de fevereiro de 1974.

Era casado com Ana Niederauer Jobim, com quem teve três filhos.

Seus pronunciamentos e mensagens foram reunidos no opúsculo *Pensamento e ação de um governo* (1951).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CORRESP. GOV. EST. RS; DACANAL, H.; GONZAGA, S. RS; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (18/2/1974); LEITE, A. *Páginas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SILVA, R. *Notas*.